

orlecorte
COMÉRCIO DE MADEIRAS
 Corte por medida
 Ferragens para carpintaria
 Estrada dos Palmares – Parque Industrial de Fetais
 2680-159 CAMARATE – Tel. 219 473 548

anlorbel
 materiais de construção & decoração
 Exposição com + 1000 m² cobertos
 Casas de banho · Cozinhas · Roupeiros
 Portas · Flutuantes · Madeira maciça
FRIELAS

OLHAR LOURES
 DIRETOR: MÁRIO RODRIGUES
 Nº 7 | MARÇO 2023 | PREÇO 1€

VEREADOR NUNO DIAS

Avança com alvarás para AUGI's



Na Grande Lisboa há mais de 200 bairros de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), Loures é o concelho onde têm maior expressão. O vereador do pelouro Nuno Dias revela que uma das prioridades do seu mandato é a resolução deste problema, tendo já emitido 8 alvarás de legalização. **PÁGS 8-9**

IDEAL
 CHURRASQUEIRA
 Loures
 (Frente aos Bombeiros)
 ENTREGAS AO DOMICÍLIO
 219 831 017 • 969 274 805 • 969 274 798

Via urbana interior «alivia»
 trânsito na cidade

A Câmara Municipal de Loures vai lançar o concurso público para a construção da Via Urbana Interior à Cidade de Loures. A nova via vai permitir estruturar a área nascente de Loures e garantir a acessibilidade aos equipamentos existentes e futuros, melhorando as condições de circulação. O investimento terá um custo de 3,5 milhões de euros. **PÁG 2**

Linha Violeta vai já a concurso

O ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, que admitiu atrasos na construção da linha violeta do metro de Lisboa, espera lançar o concurso para a contratação de empreitada e material circulante no primeiro semestre. Esta ligará o Hospital Beatriz Ângelo ao Infantado num trajeto semicircular, cruzando a Linha Amarela na sua estação de Odivelas. Olhar Loures foi para «o terreno» ouvir o que a população pensa. **PÁG 3**



Divórcio à vista nas uniões de freguesias

A Assembleia Municipal de Loures aprovou, por maioria, não se opor à desagregação de duas uniões de freguesias (Frielas/Santo António dos Cavaleiros e Camarate/Unhos/Apelação). A União de Freguesias de Moscavide e Portela é a quarta do concelho de Loures a ser desagregada. Entretanto, a União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho já avançou com um referendo à população. Atualmente, a lei de desagregação de freguesias “está a ser revista”. “Penso que em junho, já haverá alguma definição sobre o tema”, explicou a presidente da Assembleia Municipal de Loures e deputada à AR, Susana Amador, ao nosso jornal. Na próxima edição vamos ouvir as populações das Uniões de Freguesias da Bobadela, São João da Talha e Santa Iria da Azoia, bem como os de Santo Antão e São Julião do Tojal, sobre este tema. **PÁGS 10-11**

Estação dos Leitões
 RESTAURANTE
 JUNTO À PONTE DE FRIELAS
 LOURES
 — 210 541 226

APRESENTADA FUTURA VIA URBANA

Câmara investe 3,4 milhões para retirar trânsito do centro da cidade

A Câmara Municipal de Loures apresentou o projeto da Via Urbana Interior, no valor de 3,4 milhões de euros que tem como objetivo reduzir a circulação de carros no centro da cidade. A conclusão da obra está prevista para o final de 2024.

Loures vai investir 3,4 milhões para retirar trânsito do centro da cidade, com a construção da futura Via Urbana Interior que pretende ser uma alternativa à Rua da República. O novo percurso terá 1,1 quilómetros, estando a sua conclusão prevista para o final de 2024.

Esta obra vai arrancar ainda este ano, iniciando-se na rotunda junto ao Parque da Cidade (nascente) e terminará na rotunda junto ao Jardim Major Rosa Bastos (poente). No total, contará com uma extensão de 1,1 quilómetros e vai permitir atravessar a cidade em alternativa à Rua da República, que de acordo com Ricardo Leão, presidente da



Câmara de Loures, encontra-se “bastante congestionada”.

De referir que 400 metros correspondem ao reperfilamento da Rua Jacinto Duarte e os restantes 700 a um novo troço. “Nós vamos ter, ainda este mês, de levar a obra a concurso público, para que ela se inicie, se nada correr mal, ainda este ano. A obra terá a duração de um ano e é determinante para a cidade de Loures. Trata-se de uma variante que há muitos anos se fala”, diz Ricardo Leão.

Segundo o projeto da autarquia, a estrada terá sete metros de largura e será dividida em duas vias. De um lado, terá um passeio de um metro de largura, seguido de uma ciclovia de 2,5 metros, uma caldeira para árvores alinhadas de um metro, e um novo passeio de 1,50 metros mais vocacionado para

a prática de desporto. Do outro lado da estrada, haverá uma caldeira com um metro de largura, seguida de uma faixa de 1,85 metros de passeio. Estas infraestruturas serão zonas verdes dos dois lados da via.

Acabar com “constrangimentos”

De acordo com Ricardo Leão, a Via Urbana Interior representa um investimento a rondar os quatro milhões de euros e vai permitir reduzir “os congestionamentos que existem no eixo central da cidade”, salientando que se trata de uma “via estruturante” para Loures e uma “alavanca” para uma “nova centralidade, numa ótica de crescimento da própria cidade”.

“Esta variante não serve só de alternativa aos veículos pesados e para melhor fluidez de trânsito, mas também servirá, futuramente, como âncora para o desenvolvimento atividade económica que se irá ali criar e para a habitação, a ser construída. Portanto, vai ser uma nova centralidade na própria cidade de Loures”, prossegue Ricardo Leão.

Ciclovias e percursos pedonais

Após a conclusão desta Via Urbana Interior de Loures, a autarquia prevê avançar com a criação de novas ciclovias e zonas de parqueamento e descanso junto aos principais equipamentos. Por outro lado, esta via vai ficar interligada com a rede de ciclovias existentes, ligando-se assim à urbanização do Infantado. Segundo a autarquia, a futura via vai permitir a criação de “uma rede de percursos pedonais acessíveis, contínua e coerente, adequada a pessoas com mobilidade condicionada”,

com “características de segurança e conforto, abrangendo toda a área urbanizada”.

Bolsas de estacionamento

Um comunicado da autarquia confirma que serão reduzidos “os lugares existentes em parques confinantes com a Rua Jacinto Duarte, em função do seu reperfilamento. Mas, como medida de compensação, vão ser criadas bolsas de estacionamento adjacentes à via, a ficarem situados no troço entre a Rua General Norton de Matos e as traseiras do Mercado.

Estas zonas dizem respeito às “áreas sobranes resultantes da implantação do eixo da via para norte, integradas no projeto de espaço público”, conforme se pode ler no projeto, disponível no site da Câmara de Loures.

“Nas futuras operações urbanísticas, o estacionamento público necessário, inerente dos novos usos a implantar, deverá ser acomodado nas vias transversais incluindo os lugares necessários para cargas e descargas”.

O projeto da Via Urbana Interior à Cidade de Loures contempla ainda a valorização do espaço junto ao Rio de Loures, a criação de um Parque Urbano e de “diversas áreas verdes, percursos pedonais e mobiliário urbano de apoio nas áreas destinadas a lazer e descanso”.

A apresentação pública da Via Urbana Interior à Cidade de Loures realizou-se no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte e contou com a presença da vice-presidente da autarquia, Sónia Paixão, assim como dos vereadores Nelson Batista, Vasco Touguinha e do presidente da Junta de Freguesia de Loures, António Pombinho.



Frescura que não engana todos os dias da semana



**PADARIA (PÃO QUENTE)
PASTELARIA DIÁRIA
CHARCUTARIA
TALHO · CONGELADOS**

**Pct. das Torres. Lt. 7 - CV Esq/Dta
2695-731 São João da Talha
Tel. 21 994 72 09**



LINHA VIOLETA PRONTA EM 2026

Obras vão custar mais 140 milhões de euros

A futura Linha Violeta do Metro de Lisboa, que consistirá num sistema de metro ligeiro de superfície e que irá ligar Loures e Odivelas, está atrasada. Quem o disse foi o Ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, que tutela o projecto numa conferência de imprensa realizada para dar conta dos investimentos no âmbito do PRR. "Temos de reconhecer que há um atraso de cerca de um semestre."



A construção do metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures deverá custar 390 milhões de euros e não os 250 milhões previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A chamada linha violeta do sistema metropolitano de Lisboa é um dos dois investimentos em estado crítico, segundo a apreciação da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA), o Governo reconhece agora que o projecto já leva seis meses de atraso.

Numa conferência conjunta dos ministros que tutelam as pastas dos fundos, da Economia e a do Ambiente, para dar conta do relatório de avaliação do PRR em 2022, o responsável do Ambiente admitiu que, face ao aumento dos custos estimados em 56%, o Governo será forçado a encontrar outras fontes de financiamento.

"Diria que ainda estamos em condições de concluir a obra até ao segundo semestre de 2026", o que coincide com o fim do PRR. No entanto, se for necessário, este Governo admite "por prudência" fasear a construção desta linha em forma de U, com 12 quilómetros entre o Hospital Beatriz Ângelo (Loures) e o Infantado (Odivelas), que passará por cinco freguesias de Loures e cinco de Odivelas.

Duarte Cordeiro justificou a derrapagem de seis meses com "duas razões simples de explicar".

"Por um lado, devido ao aumento do custo dos materiais" - tal como sucede nos investimentos que estão a ser feitos noutras linhas, em que há aumentos na ordem dos 30% segundo referiu o ministro; e, em segundo lugar, porque o projecto inicial previa um metro ligeiro totalmente à superfície, mas o projecto posto em discussão pública prevê três estações subterrâneas, "o que naturalmente encarece a obra".

"Há um atraso de cerca de um semestre, temos um estudo de impacte ambiental que foi submetido a 31 de agosto de 2022 e que esteve em consulta pública até 14 de fevereiro. Acreditamos, se a declaração de impacte ambiental for favorável, que estaremos em condições de lançar, no primeiro semestre de 2023, o procedimento para a contratação da empreitada e material circulante", contrapôs ainda.

O previsto...

O projeto para esta nova linha será maioritariamente à superfície, sendo composta por 19 estações, entre o Hospital Beatriz Ângelo e a Quinta de São Roque. A Linha Violeta será uma linha de metro ligeiro de superfície que vai servir os concelhos de Loures e Odivelas. De igual modo, esta terá o formato de "C", ligando o Hospital Beatriz Ângelo à Quinta de São Roque. Porém, o transbordo para seguir para Lisboa será feita na estação de Metro de Odivelas (Linha Amarela).

Esta nova linha terá cerca de 13 km de extensão e um total de 19 estações. Contudo, três serão subterrâneas, duas em trincheiras e 14 à superfície. Em suma, esta nova linha servirá o concelho de Loures em 11 estações. De igual modo, irá servir as freguesias de Loures, Santo António dos Cavaleiros e Frielas, numa extensão de cerca de 7,4 km.

Já no concelho de Odivelas, serão implementadas oito estações. Estas irão ficar situadas nas freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Odivelas, Ramada e Caneças, numa extensão total de 5,1 km. Este projeto deverá custar cerca de 250 milhões de euros.

À semelhança da expansão da Linha Vermelha até Alcântara, também a criação da Linha Violeta está inserida no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Percurso...

O percurso da Linha Violeta tem início, à superfície, junto ao Hospital Beatriz Ângelo. Contudo, após esta estação, existe um percurso em trincheira e de túnel, que ultrapassa uma área de relevo mais acentuada.

Após esse percurso, a linha volta à superfície, tendo como próximo destino a estação Planalto da Caldeira. O metro segue depois à superfície, até à estação Torres da Bela Vista, junto à Rua António Sérgio, onde está prevista a construção de um parque de estacionamento com 150 lugares. O metro volta a entrar em túnel nas estações Jardim da Radial e Ramada Escolas. Duas zonas densamente povoadas, com a existência de duas escolas e um centro de saúde. Já na estação Ribeirada, a Linha Violeta volta à superfície, em trincheira. Neste local, está previsto um total de 98 lugares de estacionamento e um espaço verde envolvente à estação. Após a paragem na Ribeirada, o traçado da linha desenvolve-se em trincheira, à superfície e em túnel. Deste modo, segue até à estação Jardim do Castelinho, que será subterrânea. O troço seguinte da Linha Violeta do Metro será entre o Castelinho e a Odivelas Estação. Este irá ocupar a parte central da Rua José Gomes Monteiro e será um interface com a Linha Amarela do Metro de Lisboa.

O metro segue novamente à superfície, junto à EN8, atravessando a A8, até à estação Heróis de Chaimite, servindo a freguesia de Olival Basto. Ainda em Odivelas, os passageiros passam pelas estações Chafariz D'El-Rei e Póvoa de Santo Adrião. Ambas as estações são também à superfície e cujo percurso se desvia da EN8, por causa do centro histórico da Póvoa de Santo Adrião.

Após a Póvoa de Santo Adrião, a linha regressa à EN8 e entra no concelho de Loures, nas estações Flamenga e Santo António dos Cavaleiros. Estas serão ambas à super-

fície, servindo zonas comerciais e habitacionais. À saída da estação Santo António dos Cavaleiros, a linha mergulha de novo em túnel para atravessar uma área urbana residencial, comercial e de serviços.

Contudo, o traçado regressa de novo à superfície, para a estação Quinta do Almirante, servindo diversas atividades económicas e equipamentos desportivos. Segue-se a estação Conventinho, junto ao Museu Municipal de Loures. A estação Loures ficará no lado poente da Avenida das Descobertas e a cerca de 600-800 metros do centro histórico da cidade. De seguida, e após passar sobre a A8, a linha continua pela Avenida das Descobertas com a estação Várzea de Loures. Esta ficará junto ao LoureShopping, e antecede a estação do Infantado. Logo a seguir, ainda na mesma avenida, surge a estação Quinta de São Roque, estação terminal da Linha Violeta do Metro de Lisboa.

2270 passageiros por hora

Estima-se que venham a ser feitas 70 674 viagens por ano na Linha Violeta. O seu percurso completo poderá demorar cerca de 75 minutos. De igual modo, deverá contar com 11 comboios em circulação nas horas de ponta. Ou seja, haverá um período de espera de sete minutos entre cada composição e uma estimativa de 2270 passageiros por hora nestes dois períodos.

Igualmente, os comboios deverão ter entre 18 e 40 metros de comprimento, transportando entre 40 a 80 passageiros sentados e entre 100 a 230 em pé. Além disso, devem atingir uma velocidade máxima de 50 km/hora em meio urbano e 70 km/hora fora das localidades ou em túneis.

De acordo com o Estudo de Impacte Ambiental, estima-se que a Linha Violeta consiga atrair quase 12 milhões de passageiros anuais logo em 2026. No entanto, o objetivo é chegar aos 16,2 milhões em 2055.

PODOMAIS
CLÍNICA DO PÉ

SEG. A SEXTA
09h - 13h
14:30h - 18:30h

SÁBADO
09h - 13h

NOVO HORÁRIO
VISITE-NOS!

Rua Ilha da Madeira N.º 3A | 2670-442 Loures
T: 962 090 002 | geral@podomais.pt | www.podomais.pt

População “vibra” com mais estações de metro em Odivelas



Os munícipes de Odivelas mostram-se satisfeitos e entusiasmados com a criação da nova linha violeta do Metro, porque permite deslocações mais rápidas e com menos de tempo de espera.

O Metro de Lisboa vai aumentar. A nova linha violeta que liga Loures a Odivelas, será maioritariamente à superfície e conta no total com 19 estações, entre o Hospital Beatriz Ângelo e a Quinta de São Roque.



Contudo, três das estações serão subterrâneas, duas em trincheira e 14 à superfície. À semelhança dos residentes no concelho de Loures, os de Odivelas consideram também que a futura linha violeta vai contribuir para o desenvolvimento do concelho.

Carlos Bento, utiliza o metro todos os dias e afirma que a criação da linha violeta vai dar “muito jeito” para se deslocar de forma mais rápida. “Utilizo sempre o metro quando vou trabalhar, por isso com a criação da nova linha vou passar a andar muito mais. É ótimo ter o metro mais perto, facilita muito”, explicou.



Daniel Cruz e Maria Gonçalves partilham a mesma opinião. O jovem de 20 anos vive na Ramada e desloca-se de autocarro e metro até ao centro de Lisboa para trabalhar, assim como Maria Gonçalves de 63 anos, que vive na Póvoa de Santo Adrião.

Com a nova linha violeta, vão passar a usufruir mais do metro e, provavelmente, vão deixar de andar de autocarro. “O metro é um transporte muito mais rápido”, diz Maria Gonçalves. “Além disso, uma das estações (Póvoa de Santo Adrião) vai ficar perto da minha casa, por isso posso apanhar logo o metro”, acrescentou.



Para Daniel Cruz a situação é semelhante. Para ele, este projeto traz grandes vantagens para o concelho e significa poupar tempo nas deslocações.

Na perspetiva de Ilídia Cristóvão, a linha violeta já devia de existir há mais tempo “é essencial e faz falta. É um meio de transporte muito mais rápido”. Ilídia costuma andar de táxi, devido ao tempo de espera pelos autocarros, mas com a nova linha garante que o metro vai passar a ser o seu meio de transporte, até porque “dá para economizar muito mais”, afirmou.



Francisco Drago, Sandra Rosa, João Xistra e Júlio Neves não utilizam o metro nas suas deslocações. No entanto, acreditam que vai ser “muito vantajoso”, tanto para os cidadãos que andam frequentemente de metro, como para o comércio local, sublinhando que “vai valorizar muito mais Odivelas”.

Metro em Loures é bem vindo

A maioria dos moradores e visitantes do concelho concorda com a extensão do Metro a Loures. Enquanto alguns, em resposta a um inquérito do Olhar Loures, ponderam passar a utilizar mais vezes o metro, outros preferem continuar a utilizar o transporte privado nas suas deslocações.

A Linha Violeta, que vai servir os concelhos de Loures e Odivelas, irá permitir a redução do trânsito e facilitar as deslocações entre os dois concelhos e Lisboa. Estas são duas das grandes vantagens que, à priori, os habitantes destes dois concelhos vislumbram nesta ligação de Metro.

Ana Costa, de 27 anos, residente no Tonal e lojista no Infantado, concorda com a nova linha por considerar “que é um meio de transporte muito rápido”. Contudo, não concorda com o atual traçado: “Acho que o traçado devia ser ao contrário, pelas lezírias e não pela Avenida Principal”, explica a jovem, que costuma utilizar o metro nas suas deslocações a Lisboa, salientando que o projeto atual “vai roubar lugares de estacionamento, vai tirar árvo-

res, vai trazer muito barulho e muita gente para as ruas”.

Reduzir o trânsito no Infantado

A mesma opinião é partilhada por Manuela Fonseca, de 70 anos, e residente no Infantado. “Sou a favor do Metro, mas não com este traçado”, acrescenta esta moradora, que se encontra reformada.

Na sua opinião, o traçado da Linha Violeta deve ficar mais afastado das zonas residenciais, “porque vai trazer mais problemas para o Infantado, que já sofre muito com o trânsito”. Manuela Fonseca acrescenta que usa “poucas vezes” o Metro, admitindo que não vai passar a usá-lo mais vezes com a Linha Violeta, até “porque há autocarros

Junta quer mudar traçado do metro no Infantado

A consulta pública da avaliação de impacto ambiental do projeto para o metro ligeiro de superfície entre Loures e Odivelas já terminou, mas a Junta de Freguesia de Loures quis ouvir a opinião da população. E, após as sessões públicas realizadas em Loures e no Infantado, a autarquia decidiu opor-se ao traçado previsto para a zona do Infantado, uma área habitacional (e onde também se situa o LoureShopping) onde residem milhares de pessoas.

Apesar de considerar de grande importância estratégica a oferta de transporte coletivo público, pesado e em via dedicada que sirva a freguesia e os seus moradores e contribua para um desenvolvimento harmonioso e sustentável do seu território, a Junta de Freguesia de Loures exige que seja “encontrado um traçado alternativo para a circulação do Metropolitano no Infantado”.

Em comunicado, a autarquia lamenta que o “traçado proposto no Infantado, que atravessa o interior da urbanização, no meio de edifícios habitacionais, com redução das vias de circulação rodoviária e dos lugares de estacionamento, já atualmente escassos para a procura existente, será fortemente indutor de uma redução de qualidade de vida dos seus habitantes”.

Segundo a junta, “a localização do PMOT é totalmente desajustada, ficando, parcialmente, em terrenos de RAN e REN” e, por isso, “deverá, assim, ser encontrada outra localização, o que poderá permitir uma redução da extensão da linha no Infantado”.

Por outro lado, a proposta de traçado apresentada, “ao implicar a obrigatoriedade de dois transbordos, em Odivelas e no Campo Grande, até atingir o centro da cidade de Lisboa não é atrativa e dissuasora da utilização de transporte individual ou transporte coletivo em modo rodoviário. Consideramos que deve ser procurada uma outra solução em Odivelas que permita uma ligação mais rápida e cómoda”.

Doce Margarida
PASTELARIA PADARIA GELADARIA

DOCEMARGARIDA.OFICIAL 913 197 509 SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Marimba RESTAURANTE

COZINHA PORTUGUESA E AFRICANA

ALMOÇOS - JANTARES - EVENTOS

Avenida das Descobertas, 47E, Infantado
2670-385 Loures

marimbarestaurante - marimbarestaurante
933 755 703



diretos para Lisboa”, que demoram 20 minutos a chegar à capital. Enquanto, o Metro “demora o dobro” a chegar a Lisboa.

Já para Humberto Ramalhete, de 47 anos, proprietário da Pastelaria Bem-Estar, no Infantado, e residente no centro de Loures, o Metro nesta zona vai trazer vantagens. Ou seja, vai permitir “aliviar o trânsito, que aqui é caótico”.

No entanto, Humberto Ramalhete utiliza o carro nas suas deslocações diárias e não considera passar a usar a nova Linha Violeta. “Moro no centro de Loures, que é a três quilómetros daqui, não gasto quase nada de combustível” e aproveito “as minhas viagens para trazer bolos para o café. Por isso, nem penso em usar o metro, mas se morasse mais longe, talvez já viesse”, acrescenta.

Apanhar menos transportes

Em Santo António dos Cavaleiros, o Olhar Loures conversou com Belarmino Silva, de 50 anos. “O Metro aqui será ótimo e vai dar muito jeito”, considera este morador, que trabalha no setor da construção civil.

Belarmino Silva explica que, diariamente, costuma sair de casa por volta das cinco da

manhã, e, para ir até Lisboa, tem de apanhar dois autocarros e o metro. “Primeiro, vou até ao centro de Loures e depois apanho outra carreira para o Senhor Roubado. Mas, às vezes, sigo até ao Campo Grande”, porque o Metropolitano de Lisboa inicia a circulação às 06H30.

Por isso, considera que com a nova Linha Violeta “vai conseguir acordar mais tarde”, porque “passa a ter um transporte mais direto”.

Belarmino Silva salienta ainda que a nova linha vai facilitar “os acessos ao LoureShopping”, ou ao Hospital Beatriz Ângelo, por exemplo. Contudo, este morador defende que, para além da construção da Linha Violeta, “o projeto deve também contemplar o reforço dos lugares de estacionamento”. Olhar Loures recolheu ainda a opinião de Pedro Reis, 44 anos, empregado de balcão numa papelaria de Santo António dos Cavaleiros e residente no centro de Odivelas, que admite que faz as suas deslocações de casa para o trabalho no seu veículo particular, tencionando passar a utilizar a nova Linha Violeta.

Na sua opinião, a chegada do Metro a Loures e a Odivelas “é perfeito e vai ajudar muito a reduzir o trânsito na zona”.

Início no Hospital Beatriz Ângelo

Para Elisabete Silva, 52 anos, empregada de balcão na papelaria do Hospital Beatriz Ângelo (HBA), a chegada do Metro a esta zona “é uma excelente ideia”. Elisabete é residente nos Olivais, no concelho de Lisboa, e para ir para o trabalho tem de se deslocar, diariamente, no seu veículo particular.

Mas, com o Metro no Hospital Beatriz Ângelo, tencionar começar a utilizá-lo, “para conseguir poupar dinheiro em gasolina”, sublinhando que a Linha Violeta será muito útil “também para os utentes do hospital”, que apenas é servido pelas carreiras da Carris Metropolitana, das quais muitas passam com intervalos de uma hora.

Por sua vez, Laura Vieira, reformada, com 68 anos, moradora em Caneças, é utente do HBA, onde se desloca, frequentemente, desde Caneças até ao Beatriz Ângelo para consultas de rotina. “Para chegar até aqui, tenho de apanhar três carreiras”, lamenta, sublinhando que vai passar a usar o Metro para chegar até ao HBA, porque o tempo de viagem é mais reduzido.

Rede de transportes nas Torres da Bela Vista “é fraca”

Depois de sair do Beatriz Ângelo, a Linha Violeta passa pelas Torres da Bela Vista. Aqui, conversámos com Munera Fernandes, residente neste bairro. Esta moradora, de 47 anos, e cabeleireira de profissão, explica que utiliza habitualmente o seu carro pessoal para as deslocações.

Por isso, aguarda com grande expectativa a chegada da Linha Violeta. “Aqui, os transportes são muito maus”, lamenta Munera Fernandes, acrescentando que pretende começar a usar o metro assim que ele chegar às Torres da Bela Vista, para “poder poupar combustível”.

A mesma opinião é também partilhada por Orlanda Neves, 56 anos, cabeleireira. Tal como a sua vizinha, Orlanda também costuma utilizar o carro para as suas deslocações diárias, devido à falta de transportes nas Torres da Bela Vista. “Às vezes apanho a camioneta, mas demoro muito tempo”, acrescenta. Por outro lado, esta moradora considera que o metro nesta zona “será uma mais valia”, devido à sua rapidez, e por isso, espera vir a ser uma utilizadora regular da Linha Violeta.

Equipa

David Azevedo

TEL: 962 022 083

SEMPRE AO SEU LADO



Saiba mais





RE/MAX
 G4 Rio

Av. Infante Santo, 15C - 1350-175 Lisboa | Portugal - Tel.: +351 213 931 988
 Focagem - Real Imo, Lda | AMI 6374 - Cada agência é de propriedade e gestão independente

Bombeiros recebem 3 milhões de euros

A Câmara Municipal de Loures aprovou, em fevereiro, em Reunião de Câmara, o apoio financeiro de mais de dois milhões de euros destinados às associações de bombeiros do concelho e ainda à Associação de Radioamadores da Vila de Moscavide, para o ano de 2023.

Este financiamento aprovado diz respeito a apoios a conceder às associações de bombeiros no âmbito do associativismo e voluntariado em bombeiros, a protocolos entre o Município e as associações de bombeiros do concelho para manutenção dos Grupos de Intervenção Permanente (GIPE), bem como para a interligação do Sistema Integrado de Gestão Municipal de Operações e Socorro (SIGMOS) com o software de Gestão de Corporações de Bombeiros (GESCORP).

Foi ainda aprovado outro protocolo entre o Município de Loures e as associações de bombeiros, que, desde fevereiro, podem proceder ao abastecimento de combustível aos veículos de socorro no posto de abastecimento da Câmara Municipal de Loures. “Trata-se de uma medida ímpar, sem comparação com o passado”, referiu o presidente da Câmara Municipal. “As nossas corporações podem abastecer-se, de forma gratuita, até ao montante de 50 mil euros, valor dividido proporcionalmente por todas as corporações”. “É uma medida mais que justa, que pretende mitigar o impacto que o aumento dos combustíveis tem nas nossas vidas, particularmente, na dos bombeiros”.

A Associação de Radioamadores da Vila de Moscavide é igualmente contemplada neste conjunto de apoios, porque se trata “de um parceiro importante e determinante para um conjunto de projetos, particularmente na Pro-

teção Civil”. De acordo com Ricardo Leão, “o aumento de 36% reflete a importância que esta associação tem para o nosso concelho”.

“Numa altura difícil que todos os municípios vivem do ponto de vista financeiro, aprovámos aumentos e não cortes”. Ricardo Leão deu ainda o exemplo do aumento de 9%, cerca de 100 mil euros, para o reforço da capacidade operacional dos bombeiros voluntários do concelho de Loures, nomeadamente a nível de equipamentos de proteção individual, reparações de manutenção correntes das suas instalações e pequenas obras de melhoria das mesmas, seguros, atividades formativas, aquisição de equipamento de combate a incêndios e veículos, bem como apoio às despesas energéticas. Com esta aprovação em Reunião de Câmara, são elevados, assim, para cerca de três milhões de euros, os apoios a associações de bombeiros no ano 2023.

O presidente da Câmara de Loures frisou a importância das equipas de intervenção permanente (EIP): “Ter bombeiros no ativo nas nossas corporações é de extrema importância”, referiu o autarca, salientando o aumento de três EIP para 14 no concelho, sendo Loures o Município com maior número de EIP do País.

“Quanto mais fortes estiverem os nossos bombeiros, mais seguro está o nosso concelho e a nossa população” concluiu.



Carlos Galvão Oliveira

UNIPESSOAL LDA.

Serralharia civil - Caixilharia de Alumínio
Estores Alumínio, PVC

Orçamentos Grátis

Rua de Santa Clara, Lote 94 - R/C esq. Telm.: 918 609 296
B.º de São José - 2680-583 Camarate 969 430 630

E-mail: serralhariacivilcarlosoliveira@live.com.pt

Jovens debatem ambiente no concelho



A Assembleia Municipal de Jovens de Loures (AMJL), reuniu-se, pela primeira vez, no dia 13 de fevereiro, para dar posse aos seus 42 deputados, presidente e secretários da mesa. Esta Assembleia Municipal Jovem foi dedicada ao tema “O Ambiente, o Clima, Eu e o meu Concelho”, a sessão decorreu no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures.

Estimular a reflexão e o debate dos jovens do 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário do concelho de Loures e permitir aos jovens partilharem as suas ideias, problemas, e estratégias e iniciativas que devem ser adotadas pelo Município, são os principais objetivos da Assembleia Municipal de Jovens de Loures (AMJL), que reuniu pela primeira vez, em fevereiro, para dar posse aos seus 42 deputados e eleger o presidente e o 1.º e 2.º secretários, numa sessão que decorreu no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures.

A sessão foi conduzida pela presidente da Assembleia Municipal de Loures, Susana Amador, que destacou a “coragem” destes jovens e a importância da sua participação “cívica e política, na persecução de um bem-estar comum”.

Depois de assinados os termos de posse, os deputados votaram para os membros da mesa, tendo elegido Bruna Maria, como presidente da AMJL, e ainda Rodrigo Loução e Pedro Simões, respetivamente como 1.º e 2.º secretários.

O projeto deste ano letivo é dedicado ao tema “O Ambiente em Loures, o Clima, Eu e o Meu Concelho”, com o objetivo de ouvir e incluir os mais jovens na política e nas questões do município. Por outro lado, pretende-se ainda que os alunos percebam que as suas ideias podem ter um grande impacto no concelho.

Estimular participação cívica

Susana Amador, Presidente da Assembleia Municipal de Loures (AML), explicou ao Olhar Loures que esta ideia surgiu quando se candidatou a este órgão. No âmbito do seu programa eleitoral, defendia uma maior “participação e cidadania dos jovens”.

“Hoje tomaram posse e foi eleita a mesa. Foram feitas 14 sessões em todos os agrupamentos do concelho para os motivar para o tema”, disse. No futuro, no mês de maio, “vão ter um período, antes da ordem do dia, com moções e votações, das propostas que vão ser apresentadas, as mais votadas serão implementadas e integradas no orçamento municipal ou no Orçamento Participativo”.

Para os jovens candidatos à mesa, este projeto permite expressarem-se livremente e serem ouvidos. Ao mesmo tempo, têm ainda a possibilidade de agir em assuntos que os cativam e que consideram importantes para a sociedade

e para o planeta, como por exemplo, o ambiente.

João Tiago Carapau, engenheiro agrónomo e especialista em planeamento do território envolvido na coordenação de projetos que preparam o país para as alterações climáticas, como o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, deixou uma mensagem aos jovens.

“Nós estamos num planeta que está a aquecer cada vez mais,” afirmou. Para além disso, João Tiago Carapau sugeriu ainda que os jovens pensassem em adaptações que pudessem ajudar a diminuir o impacto das alterações climáticas, abordando ainda os impactos das alterações climáticas no planeta. “Temos de perceber como é que nos vamos adaptar e evitar que este aquecimento global seja tão forte”, acrescentou. Da mesma forma, sublinhou ainda que “é também da responsabilidade dos jovens trabalhar para que encontremos as melhores soluções”. Ou seja, o importante é que “todos se consigam adaptar ao clima do futuro”.

Melhorar os rios

Por seu turno, o engenheiro do ambiente e especialista na reabilitação de rios e ribeiras, Pedro Teiga, salientou que “os rios e as linhas de água transparecem o que nós somos”. “Se nós temos à nossa volta rios em que a linha de água é de boa qualidade, isso equivale a que as pessoas que estão à volta também têm boa qualidade ambiental e de vida”, acrescentou.

Pedro Teiga espera conseguir encontrar, juntamente com os jovens deputados, soluções para melhorar os rios de Loures.

Por sua vez, o vereador Nuno Dias, responsável pelo pelouro de energia e sustentabilidade, defendeu que “cada pequeno ato” pode fazer a diferença na sustentabilidade ambiental. Ou seja, “é fundamental que cada um dos vossos pequenos atos seja somado e que se torne num grande movimento de sustentabilidade e num grande movimento de proteção às gerações futuras”.

O autarca explicou que o eixo ambiental, que diz respeito à sustentabilidade, “está muito bem definido” no município. Assim, pretende-se que no futuro existam “bases para uma melhor vivência para a sustentabilidade”.

No total, foram cerca de 90 alunos e 30 professores, de 14 estabelecimentos de ensino de todo o concelho, que participaram na primeira AMJL.

Antiga escola em Sacavém transformada em habitação para polícias

O ministro da Administração Interna realçou que o Governo tem procurado promover melhores condições de vida aos agentes da PSP e GNR e deu o exemplo de Loures, onde as forças policiais passarão a ter acesso a refeitórios e equipamentos desportivos e culturais municipais.

Uma antiga escola em Sacavém, no concelho de Loures, vai ser convertida em alojamento para cerca de 30 polícias, de acordo com um protocolo assinado no dia 3 de março, entre a autarquia e o Ministério da Administração Interna, estando prevista também a instalação de videovigilância no concelho. O memorando de entendimento tem como objetivo aumentar a segurança dos municípios e dos bens em Loures, "promoção dos procedimentos para instalação de sistemas de videovigilância" e a construção de um quartel na freguesia de Bucelas. O imóvel estava na posse do município de Loures e foi agora cedido por 50 anos, a título gratuito aos serviços sociais da PSP, que vai recuperar o antigo colégio de

forma a criar alojamentos do tipo T0 para duas a três dezenas de polícias. "Tínhamos um edifício em Sacavém simbólico. Estava a degradar-se", lembrou o presidente da Câmara de Loures, o socialista Ricardo Leão, durante a cerimónia no Museu da Cerâmica, em Loures, na qual foi assinado o acordo entre o autarquia, as forças de segurança locais e o Ministério da Administração Interna. Este investimento de reconversão, com números ainda por apurar, é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que prevê 40 milhões de euros para habitação de efetivos das forças de segurança, sendo este o quinto protocolo do género assinado entre Governo e municípios.



Entre os acordos, assinados esta sexta-feira, prevê-se a instalação de equipamentos de videovigilância no concelho, de forma a resolver "alguma insegurança" em "zonas críticas" de Loures, revelou o autarca. Ricardo Leão explicou que as forças de segurança locais ainda vão "identificar" essas "zonas críticas" e, só depois, as câmaras serão instaladas, lembrando que este é um "processo que demora muito". Também foi assumido o compromisso de requalificar o posto da Guarda Nacional

Republicana (GNR) em Bucelas, que será financiado em 50% pela Câmara de Loures, assumiu Ricardo Leão.

Para "valorizar" as forças de segurança e mantê-las "mobilizadas", o ministro da Administração Interna afirmou, na cerimónia, que o Governo está a investir "nas condições remuneratórias" de agentes e guardas, assim como, em parceria com as autarquias, na modernização das infraestruturas e em instrumentos tecnológicos.

2 uniões de freguesia com recolha porta-a-porta de eletrodomésticos

Electrão e SIMAR lançam recolha de grandes eletrodomésticos porta-a-porta nos concelhos de Loures e Odivelas, com o objetivo de oferecer mais conforto ao cidadão, garantindo, ao mesmo tempo que esses aparelhos, alguns com materiais perigosos, são encaminhados para reciclagem em unidades licenciadas para o efeito.

O Electrão – Associação de Gestão de Resíduos vai recolher grandes eletrodomésticos porta-a-porta nos concelhos de Loures e Odivelas em parceria com os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR).

Em Odivelas a campanha abrange duas das quatro freguesias do concelho: Odivelas e Póvoa de Santo Adrião e, no concelho de Loures, estão incluídas na iniciativa duas das dez freguesias do município: União de Freguesias de Moscavide e Portela e ainda a União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas.

As recolhas são gratuitas e podem ser agendadas através do número de telefone: 800 26 23 33. Para solicitar a recolha os municípios devem ter pelo menos um eletrodoméstico volumoso, como uma máquina de lavar ou um

refrigerífico, por exemplo, mas na altura da recolha poderão aproveitar para entregar outros pequenos equipamentos elétricos fora de uso, lâmpadas e ainda pilhas usadas.

A equipa de recolha assegurará a movimentação do equipamento entre a casa, arrecadação ou garagem, até um veículo de transporte elétrico, bem como o seu correto encaminhamento para reciclagem. As recolhas são realizadas ao domicílio, nos dias úteis, entre as 09h30 e as 17h00.

O presidente da Câmara de Loures e também presidente do Conselho de Administração do SIMAR, Ricardo Leão, adianta que "com esta iniciativa pretendemos testar um novo serviço de proximidade ao cliente, com o intuito de promover a recolha de resíduos ao domicílio, sendo um complemento aos serviços já disponibilizados pelos SIMAR Loures e Odivelas".



PP. PERFIS, UNIPessoal Lda
BB BEBEIZ, UNIPessoal Lda

Tlms. 962982739
937829995

E-mail: pp.perfis@hotmail.com

Todos os trabalhos em:
Alumínio | Ferro | Inox | Resguardos para Banheiras
Portas | Grades | Corrimões | Portas de Foles
Portões seccionados | Estores Térmicos

Fabricamos Janelas em PVC para revenda
Rua das Arpalas - Quinta das Talhas - Fetais de Baixo - 2680-134 CAMARATE





Entregas ao domicílio
Tel 219 556 880

  [superjeta](https://www.facebook.com/superjeta)
superjeta@hotmail.com

Rua Álvaro Manuel Roxo, 17
Vale Figueira 2695-736 São João da Talha



**Aluguer
e venda
de armazéns**

IMOGarcia

WWW.IMOGARCIA.COM

R. BOQUEIRÃO FERRO, 2
2680-177 CAMARATE
Tel. 219 487 440
Tlm. 937 225 684
E-mail geral@imogarcia.com

VEREADOR NUNO DIAS

“Queremos criar uma nova era do Planeamento Urbanístico em Loures”

O vereador que tutela os departamentos de Planeamento Urbano e da Gestão e Reconversão Urbanística da Câmara de Loures, entre outros, revela ao Olhar Loures algumas das prioridades do seu mandato. Nuno Dias quer intensificar a resolução dos problemas dos bairros de génese ilegal (AUGI) do concelho, onde vive 30% da população.

O vereador Nuno Dias revela, em entrevista a Olhar Loures, que a Câmara de Loures, até ao final do mandato, pretende centralizar boa parte dos serviços municipais de diferentes áreas num mesmo espaço, terminando assim com a dispersão de serviços por toda a cidade. Deste modo, a Câmara Municipal irá obter ganhos ao nível da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados à população e, também, conseguir reduzir a despesa, nomeadamente ao nível da diminuição dos espaços arrendados, dos serviços de vigilância, de limpeza das instalações, etc.

Uma das bandeiras eleitorais foi a intervenção prioritária das AUGI. Qual o ponto de situação?

O concelho de Loures, e fazendo um enquadramento mais lato, é um dos municípios da coroa metropolitana de Lisboa com maior número de Área Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) em virtude do aumento gradual e constante da construção desordenada que se registou, sobretudo desde as décadas de 60 e 70 do século passado.

Deste fenómeno resulta que cerca de 30% da população residente no concelho de Loures vive em AUGI's, o que representa cerca de 70 mil pessoas.

Perante esta realidade, o atual Executivo Municipal está verdadeiramente apostado e focado na resolução concreta desse problema, através do incremento de uma nova estratégia política para a reconversão urbanística que passa pela reorganização dos serviços, por uma nova metodologia e pelo reforço da cooperação entre a Câmara Municipal e as Comissões de Administração Conjunta e respetivas equipas técnicas.

E já existem resultados?

Os resultados já alcançados são evidentes e extremamente significativos. Nestes primeiros cerca de 16 meses de mandato a Câmara Municipal liderada pelo Partido Socialista já emitiu tantos alvarás de loteamento quantos os emitidos nos últimos oito anos sob a gestão da CDU, o que

demonstra que a estratégia definida e o trabalho afincado que estamos a realizar são os mais adequados e estão a produzir bons efeitos.

Quais são os grandes problemas das AUGI em si?

As AUGI apresentam problemas diferentes e muito diversos. Por exemplo, os problemas na zona de Camarate, Unhos e Apelação são muito distintos dos problemas de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela. Uns, têm alguma qualidade de construção, estão mais ordenados; outros, estão mais desordenados.

Os bairros da União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação são, por exemplo, até pela proximidade a Lisboa, foram criados muito depressa e de forma muito desordenadamente. Por seu lado, os bairros das freguesias de Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela foram surgindo de forma mais ordenada, mais organizada, o que não implica que não tenham as suas vicissitudes, quer uns quer outros, têm algumas dificuldades.

O que estamos a fazer, de forma muito pragmática, é analisar os problemas específicos e concretos de cada bairro e encontrar as soluções que mais se adequam a cada AUGI. É isso que tenho vindo a fazer e vamos continuar a trabalhar com grande determinação, ambição e empenho com vista a cumprirmos o compromisso eleitoral assumido com a população. E espero que muito em breve possamos emitir pelo menos mais 3 ou 4 alvarás de loteamento.

Mas é preciso também que as Comissões de Administração Conjunta e os proprietários colaborem?

Sem dúvida. Não basta o empenho e a atuação da autarquia: é necessário que as Comissões de Administração Conjunta e as suas equipas técnicas participem ativamente e cumpram as suas obrigações.

Aliás, a estratégia que definimos e estamos a implementar assenta numa lógica de articulação e cooperação com as Comissões de Administração Conjunta (CAC) e equi-



pas técnicas, com os proprietários, moradores e também com o envolvimento das juntas de freguesia.

Importa salientar outro aspeto. Não queremos que a falta de verba das comissões seja um entrave à legalização. Não é esse o objetivo. Todavia, isso não inibe a responsabilidade final dos proprietários, em concertação com as comissões de moradores. Caso haja essa necessidade e caso seja requerido, a Câmara vai substituir as CAC nas obras de urbanização. É importante sublinhar que essa decisão não isenta os proprietários, pois, aquando da emissão da licença de utilização, cada proprietário deverá ter a sua situação regularizada.

Qual é ponto de situação do atual Plano Diretor Municipal?

É importante ressaltar que, quando o atual Executivo Municipal tomou posse e entrou em funções, estava aprovada uma alteração que é obrigatória por Lei para adequar o PDM às novas regras. Temos muitas coisas para alterar.

A revisão do PDM é importante para a captação de empresas?

Sim. A reorganização do território é um fator importante para ajudar a estabelecer novas áreas para captação de novos investimentos, para o incremento do tecido económico e

produtivo, para criar novos postos de trabalho e para o desenvolvimento socioeconómico.

Que tipos de empresas querem atrair?

Gostaríamos de captar empresas que tragam valor acrescentado, nomeadamente nas áreas da área da tecnologia, da medicina, da inovação, entre outras. É nisso que já estamos a trabalhar e que já permitiu a celebração de vários protocolos com empresas de referência com vista a dinamizar e modernizar o tecido económico, fomentar o empreendedorismo e promover o aumento e criação de emprego qualificado, enquanto fatores essenciais para o crescimento e desenvolvimento do concelho de Loures e aumento da qualidade de vida da população.

Pode adiantar alguns exemplos?

Estamos a iniciar uma nova era e criar um novo paradigma nestes domínios. Posso adiantar três exemplos: O Planalto da Caldeira, na freguesia de Sto. António dos Cavaleiros, está a beneficiar uma verdadeira transformação, nomeadamente por via da construção das futuras instalações das empresas de logística DPD Portugal e a DHL, desenvolvido pela empresa pan-europeia VGP, que se dedica ao investimento e criação de parques logísticos e semi-industriais. Esta empresa adquiriu o terreno e está a construir o VGP Park Loures, o qual

será ocupado, sob arrendamento, pelas empresas de logística DPD Portugal e a DHL.

A DPD Portugal e a DHL vão instalar as respetivas sedes sociais, os serviços administrativos e as operações de logística, criando cerca de 400 postos de trabalho e um investimento de mais de 50 milhões de euros.

Há mais protocolos assinados?

Sim. Há mais dois grandes protocolos que prometem trazer uma nova era de prosperidade para o concelho, nomeadamente o "Multiusos Oriente" que vai ser um dos principais polos de desenvolvimento urbano na zona oriental de Lis-



boa, revitalizando esta extensa área, transformando uma estrutura de 37 mil metros quadrados num campus de escritórios de classe mundial localizado perto da estação de comboio e metropolitano de Moscavide, do Aeroporto Internacional da Portela de Lisboa e da Ponte Vasco da Gama. O Moscavide Project Oriente é um oásis tecnológico de vários edifícios de escritórios com três pisos, localizado em Moscavide, Loures, desenvolvido em parceria com a KPF. Trata-se de um investimento na ordem de 120 milhões de euros que permitirá a criação de 3500 postos de trabalho. Também o Entrepósito de LIDL, localizado na Unidade de Execução de Casal dos Reis, a nascente do aglomerado de Montemor e a norte da EN 250, na freguesia de Loures, tem sido objeto de estudos urbanísticos por parte da Câmara, desde o final da década de 90 do século passado. Neste mandato, foram dados passos importantes que permitiram, nomeadamente a criação deste entreposto, que implica um investimento de 100 milhões de euros.

Em que zonas vão ser os investimentos estratégicos?

Como exemplo, posso indicar as freguesias de Camarate, Catujal, Bobadela e Santo Antão do Tojal. Assinámos também um protocolo com o Instituto Superior Técnico para fazermos a saída da A1, que é uma obra fundamental para aquela área - era uma promessa que vinha desde 1987. Estamos também a trabalhar com o IP para podermos projetar e a reabilitar o acesso à Segunda Circular a partir de Sacavém, porque também é fundamental. Só quem não conhece, quem não frequenta aquela zona, é que não sabe o caos que existe, em Sacavém, na Avenida Estado da Índia. Vamos também reabilitar toda a Praça da República, em Sacavém.

Em que pé está a construção do Estádio Municipal?

As expectativas que foram criadas pela anterior Administração da Câmara Municipal foram de tal ordem que o processo é irreversível e tem de avançar. Loures, sendo o quinto maior concelho do país, deve ter infraestruturas que correspondam à sua dimensão. E não tem. O concelho estagnou em vários domínios nos últimos anos e pretendemos recuperar o tempo perdido.

Queremos, por isso, criar uma infraestrutura desportiva que possa ser utilizada por todos e que deixe uma marca indelével naquilo que é prática do desporto no concelho. Vamos naturalmente avançar com esse projeto, tal como o Partido Socialista se comprometeu o programa eleitoral apresentado em 2021.

Pode lembrar outros compromissos eleitorais que pretendem cumprir?

Além do estádio municipal, estamos a trabalhar afincadamente para concretizar outros projetos, nomeadamente a saída para A1, a Via Urbana Interior de Loures, o acesso à Segunda Circular, os centros de saúde, são alguns exemplos de investimentos que iremos concretizar. Isto, além de outros investimentos que estamos a preparar e que em devida altura serão anunciados. Loures não pode continuar no estado de estagnação que marcou os últimos anos.

Porque é importante a Linha Violeta para Loures?

A Linha Violeta é importante em diferentes domínios, designadamente a nível do Ambiente, da Energia, da redução das emissões CO2 e combate às alterações climáticas, da promoção da mobilidade suave e sustentável, bem como do alargamento da oferta de transportes públicos e dos ganhos para a economia familiar.

É um projeto, apoiado pelo PRR, que tem de ser desenvolvido, mas o traçado desenhado que herdámos tem algumas lacunas que o atual Executivo Municipal tem vindo a trabalhar para as debelar em articulação com o Governo, com o Metro de Lisboa e, também, com o Município de Odivelas. Trata-se de um processo difícil e complexo que exige uma estreita e permanente relação e diálogo com as outras entidades, nomeadamente com o Governo e com o Metropolitano de Lisboa, com quem temos vindo a realizar reuniões de trabalho com vista a solucionar alguns problemas, porque achámos que era importante que eles pudessem ser debelados e discutidos ao mais alto nível.

Houve uma discussão pública? Já houve algumas leituras?

Contrariamente ao anterior, o atual Executivo municipal decidiu realizar 4 sessões de esclarecimento (2 na freguesia de Loures e 2 na União de Freguesias de St. António dos Cavaleiros e Frielas) por forma a apresentar a versão do projeto definida pelo anterior executivo e submetida pelo Metro de Lisboa à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o que permitiu esclarecer algumas questões e conhecer a opinião da população.

Nestas sessões ficou evidente que muitos moradores na zona do Infantado (freguesia de Loures) discordam do traçado do projeto que se encontra ainda em fase de estudo e aperfeiçoamento.

No seguimento destas sessões, as quais deveriam ter sido realizadas em fase anterior, temos vindo a reunir com o Governo e com o Metro de Lisboa de modo a encontrar as melhores soluções e a mitigar os impactos negativos do projeto. Trata-se de um processo que continuamos a desenvolver com estas entidades, nomeadamente através de reuniões de trabalho.

Da parte do metro, sente a disponibilidade e abertura?

Totalmente. Como referi, estamos a trabalhar conjuntamente para arranjar soluções que não lesem a vontade da população, até porque a última decisão cabe à tutela governativa.

A Linha Violeta deveria ser mais ambiciosa ou, tal como está, serve os interesses do concelho?

Estas questões têm de ser vistas com algum pragmatismo. Havia uma verba que estava disponibilizada para o projeto. Agora, estamos a tentar enquadrar o mais possível, dentro da malha urbana, as estações para termos pessoas para utilizar essa linha. Aquilo que deve ficar sempre salvaguardado é a possibilidade que a própria linha possa ter de expansão.

Qual o significado da modernização administrativa num município como o de Loures?

A modernização administrativa da Câmara Municipal é outro exemplo da estagnação que imperou nos últimos anos. Mas vamos avançar com essa reforma. Tínhamos uma área em que a modernização administrativa era falada, mas não era aplicada. Queremos avançar muito rapidamente para uma base de

transição digital e tecnológica, que é necessária não só neste Município, mas como em todos os municípios do país.

Queremos um município mais eficiente e que preste serviços de qualidade e de maior proximidade com o munícipe. Temos de modernizar e simplificar também a relação com o cidadão, com o nosso munícipe, com o nosso freguês, com as nossas entidades oficiais e aí, as juntas de freguesia são pilares fundamentais para podermos avançar.

Como serão sentidas internamente...

A eficiência e eficácia vão poupar recursos. Por vezes, esquecemo-nos disto e que quanto mais eficientes nós somos menos recursos gastamos para atingir aquele mesmo objetivo. Basicamente, é uma transição que se quer global. Temos que dar ainda alguns passos internos para podermos avançar com ela a todo o vapor.

Em que pé estão as obras da Jornada Mundial da Juventude 2023?

Quando o atual Executivo municipal assumiu funções havia apenas um conjunto de intenções, mas não havia nada de concreto para o terreno. Não havia qualquer acordo com a Petrogal e nem havia com a Corticeira. Através do meu pelouro, tivemos que fazer um trabalho hercúleo para, pelo menos, obtermos as autorizações de utilização dos terrenos por parte dos proprietários. Procedeu-se ao processo de negociação com a Petrogal S.A. e com a Tavares & Companhia, com vista à cedência temporária dos terrenos que estas entidades são legítimas proprietárias de modo a serem utilizados/ocupados pelos participantes e pela organização da JMJ 2023.

Qual a marca do seu pelouro que gostaria de deixar?

Gostava de poder ajudar, genuinamente, a resolver a um problema que é extremamente grave e que é transversal a todos os Executivos. Trata-se da organização dos serviços internos da Câmara Municipal. Falou-se há muitos anos na construção de um edifício municipal global, mas continuamos a ter espaços dispersos que comprometem a eficiência e consomem muitos recursos, sendo um problema que nos faz perder eficácia e reduzir a qualidade dos serviços. Importa salientar que a dispersão dos serviços municipais representa uma despesa anual na ordem de 500 mil euros. Este Executivo está no bom caminho para conseguir resolver esse problema até final deste mandato. Queremos agregar num único edifício municipal que consiga concentrar grande parte dos serviços municipais.

Temos os Paços do Concelho, e eu queria criar a Praça do Município, onde, de uma forma também centralizada na cidade de Loures, conseguiremos ter espaços para todos os serviços municipais concentrados: porque os níveis de poupança que conseguiríamos ter, avançando para esse pressuposto, seriam enormes.



MECÂNICA GERAL

MECATRÓNICA AUTO

REVISÕES GERAIS

PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO 'IPO'

912 869 661

LIMPEZA MANUAL

LAVAGEM ESTOFOS

ASPIRAÇÃO

CAR DETAIL



Rua Salvador Allende, n.º 22 A/B

1885-070 Moscavide

Moscavide e Portela querem «afastar-se»

Os eleitos do PSD, CDU, IL e do Chega na Assembleia de Freguesia de Moscavide e Portela, solicitaram a marcação de uma sessão extraordinária, que teve lugar a 25 de novembro, para decidir avançar com a auscultação, à população, sobre uma eventual desagregação das freguesias de Moscavide e Portela, e que, caso aconteça, será a quarta freguesia do concelho de Loures a ser desagregada.



Para o presidente da União de Freguesias de Moscavide e Portela (UFMP), Ricardo Lima (PS), contactado pelo Olhar Loures, “é fundamental ouvir primeiro a população antes de se avançar com alguma decisão”. Contudo, o autarca considera que se deve esperar pela revisão da lei antes de se avançar para esta auscultação.

“Devemos esperar primeiro que saia a revisão, porque podemos não reunir critérios para uma eventual separação das freguesias de Moscavide e Portela e não queremos defraudar as expectativas da população”, defende ainda Ricardo Lima, que é também deputado à Assembleia da República.

Na sua perspetiva, “a lei atual tem várias incongruências”, que podem impedir a separação das freguesias. De acordo com Ricardo Lima, o processo obriga à apresentação de diversa documentação, que as Juntas de Freguesia não conseguem reunir a tempo. O autarca defende que “a exigência da existência de uma comissão é inconstitucional”, e por isso, os processos podem não prosseguir. “A lei é muito complexa”, acrescenta o presidente da UFMP, que reitera a necessidade de se esperar pela revisão da lei para iniciar o processo na União de Freguesias, para ter a certeza que ambas as localidades reúnem os critérios para a sua separação.

Questionado sobre as vantagens e desvantagens de uma eventual separação das freguesias de Moscavide e Portela, Ricardo Lima não quis tomar, para já, uma posição sobre este assunto, mas considera que esta separação “tem algumas vantagens, mas também alguns contras, como por exemplo a diminuição de recursos financeiros, entre outros”.

Moscavide prejudicada

O Olhar Loures foi ouvir a população de Moscavide e da Portela. Alguns residentes em Moscavide concordam com a separação dos dois territórios, mas outros acreditam que é melhor manter a União de Freguesias. Um dos motivos prende-se com a eventual diminuição dos recursos financeiros de cada uma das freguesias, assim como com os gastos inerentes à criação de um novo executivo.

Para Marisa Barnabé, residente em Moscavide há 33 anos, “existem muitos problemas” na freguesia, nomeadamente, a falta de estacionamento e o lixo nas ruas, e que foram agravados com a criação da União de Freguesias de Moscavide e Portela.

No entanto, e apesar de considerar que Moscavide ficou a perder com a união à Portela, a jovem admite que uma eventual separação das duas freguesias poderá agravar ainda mais os problemas de Moscavide. Júlio Alminhas, residente em Moscavide há 55 anos, é favor da separação. “Penso que se fazem mais obras na Portela do que em Moscavide”, considera. Ao mesmo tempo, este morador considera ainda que, antes da agregação, “Moscavide tinha mais independência e ficou prejudicada por se juntar à Portela”.

Portelenses preferem união

Já do lado da Portela, alguns moradores consideram que a União das Freguesias se deve manter. Na opinião de Afonso Batista, residente na Portela há cerca de 40 anos, “não faz sentido esta separação”, porque a União das Freguesias tem um bom funcionamento.

A mesma ideia é partilhada por Carlos Pereira, morador na Portela há mais de 40 anos. “A separação não traz vantagens”, considera este residente, que acha que a junção da Portela com Moscavide não trouxe grandes mudanças para a localidade. “Acho que o ajuntamento ajudou a melhorar a situação financeira da freguesia, e não acho que a Portela tenha ficado pior”, acrescenta este morador, que considera a Portela “como uma das melhores freguesias da zona de Lisboa”.

A favor da desagregação está Maria Julieta Henriques, moradora na Portela há cerca

de 30 anos. “Acho que a União das Freguesias fez com que a Portela ficasse mais desprezada”, explica esta residente, que aponta alguns problemas da freguesia tais como a falta de limpeza nas ruas. “Moscavide tem melhorado muito, mas a Portela ficou mais prejudicada com a união”, acrescenta Maria Julieta.

A moradora considera ainda que os serviços da Junta estão bem localizados na Portela, mas lamenta apenas que o pólo da Universidade Sénior “não tenha sala de teatro, o que faz com que tenhamos de ir a Moscavide ensaiar”.

Sacavém e Prior Velho a favor da separação

Cerca de 87% dos votantes no referendo local pediram a desagregação da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, no concelho de Loures. No total, foram cerca de duas mil pessoas que votaram nas duas freguesias, onde a abstenção foi de 89%.



De acordo com os dados publicados no website da Junta de Freguesia, 1.936 pessoas (87,3%) votaram “Sim”. Contudo, apenas 256 votantes (11,5%) votaram “Não” à desagregação das freguesias de Sacavém e Prior Velho. No conjunto, os dois territórios contam com um total de 20.024 eleitores. Até ao momento, a Assembleia Municipal de Loures aprovou a desagregação de duas uniões de freguesias – Santo António dos Cavaleiros e Frielas, bem como de Camarate, Unhos e Apelação. Contudo, Sacavém e Prior Velho foi a única união de freguesias que teve um referendo sobre o processo.

Opiniões divididas

Isabel Fernandes, moradora em Sacavém há 35 anos, concorda com a desagregação das freguesias. Ao Olhar Loures, contou que nunca foi a favor da junção das mesmas e que, na sua opinião, Sacavém “ficou a perder”. “Não trouxe nada de bom. Só deixou Sacavém, que já é uma cidade velha, ainda mais vazia e despovoada porque meteram muitos dos serviços no Prior Velho”, explicou. Para Anabela Costa, residente há 27 anos em Sacavém, a separação das freguesias é “indiferente”. Diz que gosta de viver em Sacavém e não vê pontos positivos ou negativos com a separação.

Prior Velho a favor da separação

Na localidade vizinha, Prior Velho, José Mendes, considera que o melhor é a separação, acreditando que a desagregação pode trazer mais vantagens para o Prior Velho. Neste sentido, aponta para a necessidade de existir um maior foco nos fregueses e nas suas necessidades.

“Se houver duas Juntas de Freguesia, uma no Prior Velho e outra em Sacavém, acredito que seja mais fácil o presidente focar-se apenas nos problemas daqui, em vez da população ter que ir até Sacavém pedir que venham arranjar, por exemplo, o passeio”, afirmou.

Já aos olhos de Teresa Marta houve um desinvestimento “muito grande” na vila quando foi criada a União de Freguesias, em 2013, acreditando que seria mais vantajoso voltar a existir duas freguesias independentes.

“Antigamente, havia muitos bancos e multibancos por aqui”, acrescenta. “Também a acessibilidade à saúde era melhor e a nível de disponibilidade para falar com o presidente da junta piorou” desde então, considera esta moradora.

Separação segue para Assembleia de Freguesia

O presidente da União de Freguesias, Carlos Gonçalves (PS), disse que só se irá pronunciar sobre o tema após o processo estar finalizado. Para já, o tema será discutido e analisado pela Assembleia de Freguesia.

Após a aprovação, será criada uma comissão, com representantes de todos os partidos, que irão reunir e preparar todos os documentos necessários para dar continuidade ao processo. De seguida, o assunto será levado à Câmara e Assembleia Municipal de Loures para aprovação, antes de seguir para votação final na Assembleia da República.

Em declarações ao nosso jornal, o autarca diz que ainda não existe uma data estabelecida para a Assembleia da República se pronunciar sobre este ato. Ou seja, “pode ser agora, como daqui a oito anos”, afirmou.

RESTAURANTE OS 4 PATANISCAS

COZINHA TRADICIONAL PORTUGUESA

Avenida de Moscavide, 85B - 1885-066 Moscavide
Tel. 216 090 278 | osquatropataniscas

Santo António dos Cavaleiros e Frielas a um passo do divórcio

A Câmara e Assembleia Municipal de Loures aprovaram, no passado dia 12 de janeiro, a desagregação da União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, a par com a separação de Camarate, Unhos e Apelação. Após a aprovação nos dois órgãos municipais, o processo segue agora para a Assembleia da República, para receber o veredicto final.



As propostas de reposição das freguesias de Frielas e de Santo António dos Cavaleiros foram aprovadas com 15 votos a favor (13 da CDU, um do Bloco de Esquerda e um do presidente da União da Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Jorge Silva, do PS), e com três votos contra do Chega e 22 abstenções (14 do PS, seis do PSD, um da Iniciativa Liberal e outro voto do PAN).

Olhar Loures foi ouvir a população de Santo António dos Cavaleiros e Frielas. Alda Inácio, residente em Frielas há cerca de 10 anos, considera que a separação dos dois territórios “não é vantajosa” e por isso, prefere que a União de Freguesias se mantenha.

Segundo defende, Frielas não ficou prejudicada com a junção a Santo António dos Cavaleiros, sublinhando que a localidade foi beneficiada com mais trabalhadores e serviços. Já Lurdes Vieira, residente na mesma freguesia há mais de 60 anos, acha que Frielas perdeu identidade com a União de Freguesias. “Frielas é uma freguesia histórica, com quase 500 anos, ao contrário de Santo António dos Cavaleiros, que tem cerca de 30”, acrescenta esta moradora, que aponta ainda alguns problemas em Frielas tais como a “falta de polícia e o lixo elevado nas ruas”.

Do ponto de vista desta moradora, os problemas aumentaram com a criação da União de Freguesias, uma vez que “Santo António dos Cavaleiros é mais populosa e, por isso, dão mais atenção a esta freguesia do que a Frielas”.

Desconhecimento em Santo António dos Cavaleiros

Em Santo António dos Cavaleiros, a maioria dos moradores entrevistados pelo Olhar Loures nem sequer sabiam do processo que pretende desagregar as duas freguesias. No entanto, alguns consideram que esta divisão poderá ser benéfica.

José Medeiros, residente em Santo António dos Cavaleiros há mais de 40 anos, concorda com a separação “se for benéfico” para os dois territórios.

Todavia, considera que a União das Freguesias não prejudicou Santo António dos

Cavaleiros, que, em seu entender, sofre sobretudo com “a falta de civismo e a falta de segurança”. Por outro lado, “os transportes são bons, apesar de a Carris Metropolitana não funcionar tão bem como gostaria”, considera este morador, ciente que esta última questão não é da responsabilidade da União de Freguesias.

Júlio Lopes, residente na fronteira entre as duas freguesias, na Ponte de Frielas, também não sabia da separação. No entanto, considera que “poderá ser prejudicial a nível camarário”, uma vez que, com a separação, as duas freguesias perdem poder de voto. Por outro lado, admite que a separação poderá ajudar a devolver a identidade de Frielas.

O Olhar Loures entrou em contacto com o presidente da União de Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Jorge Silva, explicando que, no caso de Frielas, os moradores alegaram que a separação de Santo António dos Cavaleiros poderá trazer “uma maior proximidade” com os eleitos locais. No entanto, e na perspetiva de Jorge Silva, a desagregação das duas freguesias “não irá retirar o poder reivindicativo que cada uma tem junto dos órgãos municipais”.

A lei de desagregação de freguesias “está ainda a ser revista”, sendo que, nos próximos três meses, cada um dos processos de separação de freguesias serão avaliados na Assembleia da República (AR). “Penso que em junho, já haverá alguma definição sobre o tema”, explicou a presidente da Assembleia Municipal de Loures e deputada à AR. Susana Amador, ao nos

nosso jornal. No caso específico destas duas freguesias, Santo António dos Cavaleiros tem mais de 25 mil habitantes; e Frielas apenas cerca de duas mil, o que poderá ser um fator para que o processo não consiga avançar. Neste sentido, Jorge Silva admite que esta revisão poderá impedir a separação dos dois territórios.

Contudo, o autarca diz “não ter receio” desta revisão da lei. “Não quero que as duas localidades fiquem prejudicadas. Acho que o mais importante é a vontade da população, defender a história e a tradição” dos dois territórios.

Assembleia Municipal dá luz verde à separação de uniões de freguesia

A Assembleia Municipal de Loures aprovou, por maioria, as propostas de desagregação de algumas Uniões de Freguesia. Assim, vão ser repostas as freguesias de Camarate, Unhos, Apelação, Frielas e Santo António dos Cavaleiros. As propostas carecem de aprovação pela Assembleia da República.

A reposição de cinco freguesias do concelho de Loures, desagregando algumas das atuais uniões, foi aprovada, por maioria, na Assembleia Municipal de 12 de janeiro e o processo vai agora para a Assembleia da República.

As cinco freguesias foram agregadas em duas uniões de freguesia, em 2013, na sequência da chamada ‘Lei Relvas’. As propostas de reposição das freguesias de Frielas e de Santo António dos Cavaleiros foram aprovadas com 15 votos a favor (13 da CDU, um do Bloco de Esquerda e um do presidente da União da Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Jorge Silva, do PS), e com três votos contra do Chega e 22 abstenções (14 do PS, seis do PSD, um da Iniciativa Liberal e outro voto do PAN).

Já a proposta de reposição das freguesias de Camarate, Unhos e Apelação foi aprovada com 18 votos a favor (13 da CDU, três do Chega, um do BE, e outro voto do presidente da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, Renato Alves, do PS), e 23 abstenções (15 do PS, seis do PSD, um do PAN e outro voto da IL).

A deputada municipal Rita Sarrico (BE) considerou que este processo vai permitir acabar com “a injustiça” que aconteceu em 2013, quando as freguesias foram agregadas “sem ouvir as populações”, de uma forma “anti-democrática”. Em seu entender, esta separação veio “reforçar” as dificuldades existentes no poder local, afastando ainda mais as populações dos eleitos.

Em resposta a Olhar Loures, a presidente da Assembleia Municipal de Loures e também deputada à Assembleia da República, Susana Amador, explicou que “a definição dos prazos e interpretação estrita da lei”, no âmbito do processo de desagregação de freguesias, ainda não está decidida, cabendo essa decisão “à Assembleia da República e ao grupo de trabalho criado para o efeito”, reiterando que as duas propostas foram votadas dentro dos prazos legais.

As propostas, após parecer das respetivas Assembleias de Freguesia, devem ser validadas pela Câmara e Assembleia Municipal, antes de seguir para a AR.

Para Beatriz Pinheiro, deputada municipal da CDU, a aprovação da desagregação das duas uniões de freguesia, vai permitir dar mais um passo na devolução da “autonomia destes territórios”, devolvendo ainda a “proximidade

com os cidadãos” e a “identidade” de cada uma das localidades.

Esta ideia, porém, foi refutada por Pedro Almeida, da Iniciativa Liberal (IL), que considera que, mesmo agregadas, as localidades “continuam a preservar as suas características culturais e históricas, e defende que o processo deve sim ter em conta “a evolução da malha urbana, a capacidade de reivindicação” junto dos órgãos municipais, entre outros fatores. Por isso, o deputado acredita que “se deve encontrar a melhor forma de chegar às populações e servir o território”, antes de se passar para a separação das freguesias.

A mesma posição foi assumida por Pedro Santos, do PAN, acrescentando que “as desagregações devem ser avaliadas caso a caso e em conformidade com a vontade das populações”, algo que, contudo, se verificou nas duas uniões de freguesia, acrescentaram os respetivos presidentes de junta durante a discussão das propostas nesta sessão da Assembleia Municipal de Loures.

No caso de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, explicou o presidente, Jorge Silva, o processo teve em conta um abaixo assinado com cerca de oito mil assinaturas; e no caso de Camarate, Unhos e Apelação, o processo arrancou com base na vontade expressa da população nas três Assembleias de Freguesia descentralizadas, realizadas em outubro.

As três sessões, explicou o presidente da União de Freguesias, Renato Alves, contaram com a participação de “cerca de 1% do número de eleitores” da União de Freguesias, onde, uma grande maioria manifestou a vontade de ver os três territórios separados, e que, juntamente com a vontade manifestada pelos eleitos da Assembleia de Freguesia, levou à emissão de um parecer favorável a esta desagregação. A aprovação dos dois documentos vem na sequência da aprovação da separação destas freguesias nas respetivas Assembleias de Freguesia e na Câmara Municipal de Loures.

Para além da União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, e da União de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, também a União de Freguesias de Sacavém e Prior Velho e a União de Freguesias de Moscavide e Portela avançaram com a realização de referendos locais.



Rua Jardim da Nora, Lj 1 R/C Esq. 2680-603 Apelação

Tel. 210 182 335 – Tlm. 929 170 105

PaulaAlvesCabeleiros

PaulaAlvesCab

Mulheres empresárias contam como é ter um negócio próprio

A Câmara Municipal de Loures assinalou o Dia Internacional da Mulher, este ano sob o lema Afirmação da Igualdade, com uma programação cultural e desportiva descentralizada e aberta à população em geral. Olhar Loures conversou com quatro empresárias do concelho. Todas gostam do que fazem, mas consideram que, por vezes, são «discriminadas», não sendo levadas tão a sério como os homens, pelo simples facto de serem mulheres.

juntamente com o marido. Apesar de não ter uma função específica, acaba por fazer “tudo aqui dentro, desde comercial, administrativa, entregas, entre outros”.

A HDL Tintas está sediada no Catujal, em Unhos, e surgiu em 1995, comercializando produtos para automóveis e construção civil. Como está numa área que acaba por estar mais associada aos homens, Helena Marques sente que, por vezes, por ser mulher, não tem tanta voz como o marido.

Conciliar vários papéis

Maria Luísa Pinto, juntamente com o marido, é dona da PP Perfis, que se dedica à construção e comercialização de artigos em PVC, ferro e alumínio, tais como portões, gradeamentos, nos Fetais de Baixo, em Camarate.

Apesar de estar mais ligada ao escritório, Maria Luísa Pinto, que faz de tudo na PP Perfis, salienta que conta com equipas especializadas em cada um dos três ramos de atividades. “Temos que trabalhar todos para o mesmo lado, aqui não há machismo: se tiver de ajudar a descarregar um camião, descarrego”, acrescenta a empresária.

Ao Olhar Loures, confessa que, atualmente, as mulheres têm de conciliar mais papéis. “Sou mulher, sou mãe, e é difícil conciliar tudo, mas vamos conseguindo”, reforça Maria Luísa Pinto. Esta empresária tem funções administrativas dentro da PP Perfis, criada em 2011, entrou nesta área por influência do marido, e após ter tido uma depressão devido à morte do pai.

A mesma opinião é partilhada por Sílvia Soler, que considera que, nos dias de hoje, ainda existem entraves que impedem as mulheres de vingarem no mundo dos negócios. “Há muitos desafios para as mulheres, temos de conciliar mais papéis, existe um lado maternal associado à mulher e por isso temos que ser mais firmes”.

Têm menos voz por serem mulheres

Contudo, para Maria Luísa Pinto, há dias em que é mais complicado fazer ouvir a sua voz por ser mulher. “Todos me respeitam, claro, mas acho que não me levam tanto a sério como ao meu marido”, explica a empresária. Já Helena Marques não acha que é mais difícil para uma mulher ser empresária nos dias de hoje. “Acho que já foi mais complicado. Atualmente existe mais igualdade nesse aspeto”, acrescenta a empre-

Empreendedorismo feminino e o protagonismo da mulher, na atualidade, é o tema central das celebrações do Dia Internacional das Mulheres, em Portugal. Para abordar o assunto, na data que marca a luta feminina pela igualdade de género, Olhar Loures entrevistou empresárias do concelho.

Sílvia Soler, da Soler Motor Sport, localizada em Moscavide, reconhece que ser dona de uma empresa “é um grande desafio”. A Soler Motor Sport tem cinco anos de existência e disponibiliza serviços de oficina, lavagem automóvel, e aluguer de carros para turismo. A área dos automóveis está, normalmente, associada aos homens e, por isso, quando alguns clientes se apercebem que a loja é gerida por uma mulher “ficam surpreendidos”. No entanto, “às vezes - afiança - esta situação não é bem aceite”, mas depressa se ultrapassa essa questão. No entender desta empresária, as mulheres “são mais perfeccionistas e dão maior atenção ao detalhe”, o que acaba por deixar os clientes satisfeitos. Até assumir a Soler Motor Sport, Sílvia Soler nunca trabalhou na área automóvel, considerando que esta experiência é desafiante e permite uma grande aprendizagem. Outra empresária ouvida por Olhar Loures foi Helena Marques, que gere a HDL Tintas,

ADMITE-SE COMERCIAL

OLHAR LOURES

Tens experiência ou vontade para o contacto com empresas e comércio local?

Oferecemos:

Contrato de trabalho sem termo
Vencimento base + Comissões + Subsídios

Envia a tua candidatura com CV para:
olharloures@olharesdelisboa.pt

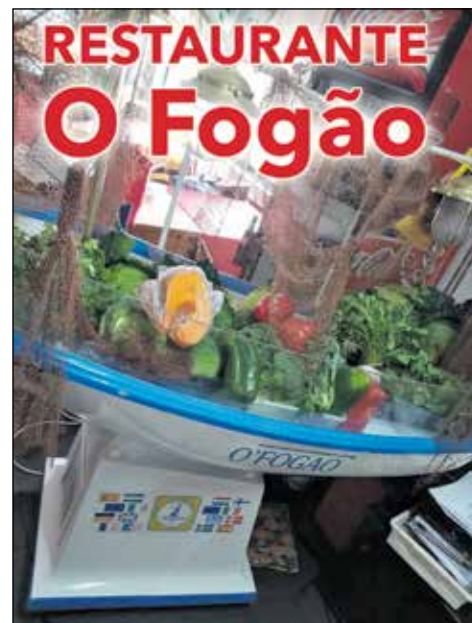
Horário de funcionamento
Segunda a sábado:
das 9h às 19h
Domingo: Fechado
☎ 927738812 ☎ 210136818
📱 patricia_martins81

glamour
ESTÉTICA

Design de Sobrancelhas - Massagens - Modelagem Corporal
Pressoterapia - Tratamentos Corporais - Microblading
Extensão de Pestanas - Permanente de Pestanas
Preenchimento com Ácido Hialurónico - Depilação - Bbgrow
Bblips - Gelinho - Extensão de Gel - Extensão de Acrílico
Pedicure - Spa de Pés - Microagulhamento - Limpeza de Pele

Rua Lourenço Marques, 7-E | 2685-347 PRIOR VELHO

RESTAURANTE
O Fogão



ESPECIALIDADES DA CASA

- Peixe espada preto no forno
- Paellas
- Arroz de cabidela
- Cozido à portuguesa
- Moamba de galinha
- Chanfana de cabra

Edifício dos Bombeiros
Voluntários de Camarate
2680-020 Camarate
Tel. 21 947 32 51
Tlm. 96 500 33 71



sária que, antes de assumir a HDL Tintas, trabalhou como cabeleireira.

Por sua vez, Paula Alves, dona do cabeleireiro com o seu nome, considera que ter um negócio próprio “é um bocado complicado”. Contudo, é da opinião que “todas as mulheres deviam ter a sua empresa”.

O Paula Alves Cabeleireiros existe desde 2004 na Rua Jardim da Nora, na Apelação, e disponibiliza serviços de cabeleireiro e estética. O salão surgiu de uma ambição pessoal de Paula Alves, cabeleireira há 34 anos.

“Tinha a ambição de me estabelecer por conta própria desde sempre”, explica ao Olhar Loures e, quando surgiu a oportunidade de ter o seu próprio salão, não pensou duas vezes, e abriu a sua empresa.

Do ponto de vista de Paula Alves, atualmente, continua a ser difícil para as mulheres serem empresárias, “porque as pessoas ainda veem os homens mais como empresários”.

Desigualdades entre homens e mulheres

O Dia Internacional da Mulher é comemorado desde o início do século XX para celebrar os direitos que as mulheres foram conquistando ao longo dos anos, tais como trabalhar, votar, abortar, entre outros.

Em 2020, a Comissão Europeia apresentou a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, que estabelece “que mulheres e homens, raparigas e rapazes, em toda a sua diversidade, sejam iguais e livres de seguir o caminho de vida que escolheram”. Por outro lado, defende ainda que todos “possam participar na

nossa sociedade europeia e dirigi-la, em igualdade de circunstâncias”.

De acordo com dados da União Europeia, e embora tenham existido progressos nas últimas décadas, ainda existem casos de violência e a presença de estereótipos baseados no género. Neste sentido, as mulheres ainda continuam a ser vítimas de violência física e/ou sexual, e atualmente,

ganham cerca de 16% a menos de que os homens. Segundo os mesmos dados, só 8% das mulheres é que ocupam cargos de presidente executivo em grandes empresas.

Para mitigar estes problemas, a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 define tudo aquilo que deve ser adaptado pelas empresas e organizações para garantir a igualdade de género.

RETOMAR PARCERIA PÚBLICO/PRIVADA Hospital Beatriz Ângelo vai continuar a encerrar à noite e ao fim-de-semana

A urgência pediátrica do Hospital Beatriz Ângelo (HBA) vai estar encerrada à noite e aos fins de semana, a partir de 1 de abril. A partir de 1 de abril, anunciou a Direção Executiva do SNS, haverá mais dois hospitais que vão ficar sem urgência de pediatria à noite. Ao mesmo tempo, Ricardo Leão está a «negociar», com o Ministério da Saúde, o regresso da parceria público-privada” e garante que Manuel Pizarro está a tentar encontrar uma solução para retomar a urgência de Pediatria ao HBA aos fins de semana.

No dia 13 de março, foi anunciado pela Direção Executiva do SNS que, para além do Hospital Beatriz Ângelo (HBA), que já não tem urgência pediátrica no período noturno, também os serviços de urgência de Pediatria dos hospitais S. Francisco Xavier (Lisboa) e Centro Hospitalar do Oeste vão encerrar à noite a partir de 1 de abril.

De imediato, a Câmara Municipal de Loures emitiu um comunicado a manifestar-se contra o encerramento da urgência de pediatria do Hospital Beatriz Ângelo no período noturno e durante os fins de semana, lembrando que “desde 1 de março que as crianças e jovens do concelho de Loures estão privados desse serviço, que apenas funciona entre as 9h00 e as 21h00, de segunda a sexta-feira”.

Segundo a autarquia, “esta alteração, apresentada agora num calendário conjunto de todos os hospitais, confirma que este serviço hospitalar é encerrado durante o período noturno de forma reiterada e continuada, bem como ao longo de todos os fins de semana, privando as populações servidas pelo Hospital de Loures deste serviço de proximidade”. Do ponto de vista da Câmara, está “em causa o direito constitucional de acesso à saúde” e, por isso, apela ao Governo para que realize “a revisão imediata desta decisão, bem como a implementação de um plano consolidado de supressão da necessidade de profissionais de saúde, sobretudo em Loures, um dos municípios mais densamente povoado e que apresenta maior carência de médicos nos serviços públicos de saúde”.

Recorde-se que, no princípio do mês, os presidentes das câmaras de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço, estiveram reunidos com o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, para discutir a atual situação do HBA, que ficou sem urgência pediátrica à noite e aos fins de semana após a demissão de 11 chefes de equipa.

Na altura, o presidente da Câmara de Loures, Ricardo Leão, disse a Olhar Loures que o ministro deu garantias de se “poder alargar um pouco” o horário durante a semana e de haver um “reajustamento ao fim de semana. O horário que ficar definido durante a semana fica ainda no fim de semana”, salientou, frisando que este é “o caminho que tem de ser trabalhado”.

A atual decisão do SNS dá mais argumentos a Ricardo Leão, que tem defendido mudanças na gestão do HBA para evitar o encerramento de serviços, para reivindicar um novo conselho de administração ou até o regresso do modelo de parceria público-privada (PPP). “Essa reserva ideológica, sobre se deve ser privada ou pública, a mim não me interessa. Tem é que se prestar serviços, dentro do Serviço

Nacional de Saúde, à população do concelho de Loures”, diz Ricardo Leão.

Segundo o presidente da Câmara de Loures, haverá, ainda este mês, uma nova reunião com Manuel Pizarro para abordar outros problemas relacionados com este hospital. “Há outras situações para corrigir noutras matérias, nomeadamente o regresso da parceria público-privada”, acrescentou o autarca, admitindo que este será um processo que “demorará dois a três anos”.

O autarca de Loures fala de degradação do serviço prestado pelo HBA desde que passou para a gestão pública, em janeiro de 2022. Para o edil, é urgente “conhecer, discutir e perspetivar potenciais soluções integradas e coerentes”, para “garantir o melhor serviço público às suas populações, ainda mais numa área como a da Saúde”.



CONCRETUS

AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

WEB DESIGN / UI UX

FRONTEND DEVELOPER

MARKETING / MARKETING DIGITAL

BRANDING DESIGN / PRODUÇÃO GRÁFICA

VÍDEO / FOTOGRAFIA

Largo da Sociedade 1º de Agosto, Nº2 | 2690-394, Santa Iria de Azóia
Tel: +351 962 377 928
www.concretus.pt | geral@concretus.pt

CDU quer obras nas estações da Bobadela e Santa Iria de Azóia

O Executivo da Câmara Municipal de Loures aprovou, em reunião ordinária, uma recomendação da CDU que pede obras nas estações da CP da Bobadela e Santa Iria de Azóia, na linha da Azambuja, para a Jornada Mundial da Juventude. Entretanto, o presidente da autarquia já se reuniu com o secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco, que mostrou disponibilidade para a reabilitação das duas infraestruturas ferroviárias.

A Câmara Municipal de Loures aprovou uma recomendação que insta o Governo a reabilitar as estações ferroviárias da Bobadela e de Santa Iria de Azóia, no âmbito da realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ). O documento, apresentado pela CDU, foi aprovado por unanimidade na reunião do executivo municipal, presidido pelo socialista Ricardo Leão.

"A proximidade à Frente Ribeirinha do Tejo, onde decorrerá o maior evento da JMJ, será uma forma fundamental de circulação de e para o evento, pode ler-se no texto da recomendação, que será enviado ao Presidente da República, ao Governo e a outras entidades, e onde se defende a urgência de assegurar a mobilidade para o evento e assegurar a "circulação da população, mo-

radores e trabalhadores que diariamente se deslocam de e para as freguesias de Sacavém, Bobadela, São João da Talha e Santa Iria de Azóia".

"As estações ferroviárias de Santa Iria de Azóia e Bobadela encontram-se em condições degradadas devido ao abandono a que foram votados durante décadas pelo Governo e pelas Infraestruturas de Portugal", refere a recomendação.

O documento recorda que, atualmente, a estação ferroviária de Sacavém está a ser intervencionada pelas Infraestruturas de Portugal. Contudo, consideram que é igualmente importante realizar obras nas estações de Santa Iria da Azóia e Bobadela. Os comunistas recordam que a realização do evento vai obrigar a estadia e circu-



ção de largas centenas de milhares de jovens naquela zona, sendo "necessário e urgente assegurar a sua mobilidade", acrescenta a CDU, salientando que é, igualmente, importante pôr a estação de Sacavém compatível "com a circulação da população, moradores e trabalhadores" das freguesias servidas pela linha do comboio.

Para os comunistas, o transporte de comboio é mais vantajoso, devido à "sua dimensão, rapidez e proximidade à Frente Ribeirinha do Tejo".

"Numa altura em que são conhecidos avultados investimentos para infraestruturas de prioridade questionável no âmbito da JMJ, lamenta-se que este executivo não consiga mobilizar junto das entidades competentes o financiamento para a requalificação das referidas estações".

A CDU considera que, para além dos peregrinos, estas obras são fundamentais "para a população que ali reside e utiliza aquele meio de transporte".

Reunião com secretário de Estado

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, adiantou que já se reuniu com o secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco, tendo a tutela manifestado disponibilidade para levar a cabo uma reabilitação nas duas infraestruturas ferroviárias.

"Esse é o caminho que o secretário de Estado também defende, assim como a IP (Infraestruturas de Portugal), e aquilo que a Câmara foi fazer foi manifestar disponibilidade, se for o caso, para fazer essa participação", afirmou o autarca.

DC
DOMINGOS COSTA
IMOBILIÁRIO
CAMARATE

SERVIR COM DISTINÇÃO É A
NOSSA TRADIÇÃO! DESDE 1997

Visite-nos no Parque das Oliveiras

www.domingoscostaimobiliario.pt
Tlm. 91 776 60 05 - 92 772 34 99

CLÍNICA DA PORTELA

Implantologia | Cirurgia | Periodontologia
Ortodontia | Oclusão e ATM
Odontopediatria | Prostodontia
Dentisteria | Branqueamentos

Acordos: Advancecare | Allianz | Associação Mutualista Montepio
Ministério da Saúde Cheque Dentista | Dentinet
GNB Seguros | SAD - GNR | TRAN | ADSE | SAD - PSP

Centro Comercial da Portela, Piso 0, Loja 883
2685-223 Portela | Tlm: 928 022 691

www.clinicadaportela.pt
geral@clinicadaportela.pt

**ESCOLA
DE CONDUÇÃO
SANTA IRIA**



219 598 489 | 939 598 489
facebook.com/ecoladeconducaoosi
escolacsi2013@gmail.com
Rua S. Francisco Xavier, 56-A -
2690-377 Santa Iria de Azóia



CORÇÃO D'AÇO
Unipessoal, Lda.

VALORIZAÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS
Desmantelamentos Industriais e Comerciais

-SUCATAS-

João Costa

R. Alves Redol, Letras JCC - 2680-173 CAMARATE
964 041 559 • 219 471 503 • 219 471 206
grupo.constantino@gmail.com

Casa Comum em S. Sebastião de Guerreiros

O projeto Casa Comum - Projeto Integrado e Comunitário, um espaço que pretende ser uma resposta social no Bairro de São Sebastião de Guerreiros, na freguesia de Loures, já está a funcionar.

A Casa Comum, sediada na Rua Gonçalo Mendes da Maia, n.º 3, segundo o presidente da Junta de Loures, António Pombinho, estava a ser pensada "há muitos meses".

O espaço da Associação Luíz Pereira da Motta (ALPM) foi reabilitado e mobilado para receber o projeto Casa Comum e, de acordo com o presidente da direção, José Maria Lourenço, ao Olhar Loures, tem como objetivo voltar a "receber as pessoas deste bairro" e promover iniciativas de apoio à comunidade. "Este espaço está aqui há quinze anos, quase vazio e sem utilidade", acrescentou o responsável. No passado, a direção ponderou vender o espaço, mas rapidamente percebeu que podia ser recuperado e posto ao serviço da população.

Segundo José Maria Lourenço, o bairro de São Sebastião de Guerreiros é um bairro social "com muitas dificuldades" e, para além das carências económicas, debate-se com vários problemas a nível social. Por isso, a Casa Comum vai contar com um conjunto de parceiros, designadamente a Casa do Professor, que presta apoio pedagógico aos jovens; a APAR, que presta apoio na área da Psicologia. O IPTrans e o Pingo Doce, que ofereceu livros e material escolar à Casa Comum, são outros apoiantes do projeto.

O investimento da Junta de Freguesia de Loures "é fundamentalmente em termos de meios e de coordenação da parceria", referiu António Pombinho, salientando que todos os colaboradores da Casa Comum são voluntários. "Este é o primeiro passo formal de apresentação e de arranque de um projeto no qual depositamos uma expectativa forte", explicou o autarca.



António Pombinho explicou que se teve em conta as necessidades e expectativas da população para desenhar o projeto. Por isso, a Casa Comum pretende "dar resposta a várias faixas etárias e também a três tipos de questões".

Ou seja, "combater o isolamento a que as pessoas foram forçadas durante a pandemia", promover "workshops de cozinha" e dar "apoio pedagógico para os miúdos do bairro". Segundo o autarca, este é um projeto piloto e vai ainda intervir na área social e desportiva. Para isso, vai contar com o apoio da Associação Cultural e Desportiva de São Sebastião de Guerreiros. "Este é um projeto pelo qual temos o maior carinho", disse ainda António Pombinho.

"Temos um polidesportivo aqui no bairro, onde todos os domingos, são realizadas atividades gratuitas para as pessoas e que permite uma vida mais saudável e mais ati-

va". Por outro lado, "quando o tempo não o permite temos um acordo com a Câmara Municipal que facilita a utilização das instalações aqui da Associação de São Sebastião de Guerreiros", acrescentou o presidente da Junta de Loures.

Para já, a Casa Comum vai construindo a sua oferta "de acordo com as necessidades das pessoas e com as nossas capacidades". "Aquilo que pretendemos é que, no conjunto destes parceiros, possamos avaliar permanentemente as necessidades das pessoas e avançar para dar resposta a elas". Atualmente, a Casa Comum está a trabalhar com "algumas dezenas" de moradores do bairro, mas espera alargar o número de beneficiários. No entanto, ainda não se prevê que esta iniciativa se estenda a outros bairros da freguesia de Loures. "Vamos ver como é que as coisas correm", concluiu António Pombinho.

Limpeza de terrenos

De forma a minimizar o risco de incêndio, a Câmara Municipal de Loures recorda que deverá limpar a vegetação dos seus terrenos até ao dia 30 de abril.

Sabia que limpar a vegetação à volta das casas é a melhor forma de prevenir que um incêndio o atinja a si e aos seus bens? A legislação em território nacional indica que proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos, devem realizar anualmente um conjunto de ações de proteção e segurança com vista à mitigação de riscos de incêndio.

Assim, se é proprietário de um terreno rural (florestal ou agrícola) saiba o que deve fazer até dia 30 de abril de 2023. Se precisar de esclarecer alguma dúvida, contacte o Departamento de Ambiente, através da Divisão de Gestão de Parques e Floresta: 211 150 326 | dgpf@cm-loures.pt | GNR/SEPNA ct.lsb.dvfx.npa@gnr.pt.

Cheias: alargado prazo para candidaturas a apoios

A Câmara Municipal de Loures alargou o prazo para submissão de formulários de candidatura para apoios aos agentes económicos pelos danos sofridos pelos efeitos das cheias de dezembro 2022. Assim, todos aqueles que não conseguiram submeter a sua candidatura até ao dia 31 de janeiro de 2023, poderão agora fazê-lo até dia 31 de março de 2023.

O objetivo desta medida é garantir uma maior abrangência deste apoio municipal excepcional e de emergência. A Câmara Municipal continua disponível para apoiar os comerciantes de Loures que viram as suas atividades afetadas pelas cheias do passado mês de dezembro 2022.

Financiado através do Fundo de Emergência Social, no valor de um milhão de euros, este apoio tem como objetivo, no que concerne especificamente aos comerciantes do concelho de Loures que evidenciem a ocorrência de danos nos equipamentos e mercadorias de suporte à sua atividade, proteger empregos, prevenir o encerramento e promover a recuperação económica.

Descarbonização do Parque Adão Barata

No âmbito do projeto PAB_LivingLab: Vive a descarbonização no Parque Adão Barata, o Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, encontra-se a ser alvo de uma intervenção, através da instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia.

Estes painéis irão fazer parte de uma Comunidade de Energia Renovável, entre o Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte e a Galeria Municipal Vieira da Silva, que contará com um sistema de smart metering e uma plataforma de gestão, com vista à redução dos consumos de energia e das emissões de carbono no Parque Adão Barata. Foram instalados 60kW de potência, esperando-se assim uma produção anual de 72 MWh que irá evitar a emissão de 18,58 ton de CO2 para a atmosfera.

Recorde-se que o projeto PAB_LivingLab: Vive a descarbonização no Parque Adão Barata, financiado pelo mecanismo EEA Grants, tem como objetivo reduzir a intensidade carbónica das atividades e serviços do Parque Adão Barata (PAB), em Loures, através da implementação de soluções tecnológicas inovadoras.

Famílias carenciadas apoiadas na compra de alimentos frescos

As famílias carenciadas da freguesia de Loures vão receber 'vouchers' para adquirirem bens alimentares básicos, como carne, peixe e legumes frescos, através de uma mercearia solidária. As famílias identificadas vão receber vales de 50 ou 75 euros para trocar por produtos em lojas aderentes.

A Junta de Freguesia de Loures quer que os seus fregueses mais carenciados tenham a possibilidade de comer produtos frescos. Por isso, vão colocar nos cabazes alimentares, distribuídos às famílias mais carenciadas, esses produtos, através de uma mercearia solidária.

O projeto "Mercearia Social" foi apresentado na Casa dos Professores do Concelho de Loures, pelo presidente da Junta de Freguesia, António Pombinho, que pretende "dar resposta às famílias mais carenciadas e que estão a ser, ainda mais, afetadas pela situação social do país", esclarecendo que os cabazes vão ter produtos frescos, como peixe, carne, frutas e legumes".

Em declarações ao Olhar de Loures, António Pombinho adiantou que vão ser atribuídos

vales mensais que podem ser gastos no comércio local.

Adesão de nove lojas

Até ao momento, estão envolvidos 9 estabelecimentos comerciais neste projeto, designadamente mercearia e charcutaria, que irão «abastecer» as 83 famílias identificadas que vão receber vouchers no valor de 50 ou 75 euros mensais, conforme a dimensão do agregado familiar. Desta forma, com os vouchers, as famílias podem dirigir-se ao comércio local para levantar produtos nos estabelecimentos que aderiram ao projeto.

Os primeiros vales já foram distribuídos e o projeto vai estar no terreno a partir de 1 de março.

"Os vouchers referentes ao mês de março terão validade até 30 de abril e depois vamos continuar a entregar os vales todos os meses. É feito um balanço trimestral da situação, ou seja, vamos analisar se há famílias que, entretanto, melhoraram o seu rendimento e se podem sair do programa ou se existem mais famílias que precisam de integrar neste apoio", clarificou. António Pombinho referiu, por outro lado, que este é um projeto inovador, que "complementa e coloca em conjunto no mesmo projeto a área económica, a área social e, nomeadamente, a economia local".

A Junta de Freguesia de Loures tem uma parceria com a Associação Empresarial de Comércio e Serviços de Loures e Odivelas, a quem coube o trabalho de contactar com as lojas aderentes.

FUNERÁRIA
S. JOÃO
...na rua da igreja em S. João da Talha.

934 101 101

219 554 819





450 ANOS

Convento do Espírito Santo

Museu Municipal de Loures | Quinta do Conventinho



CONSULTE O PROGRAMA

DMU/DMAC/2023

A CULTURA NO CENTRO

www.cm-loures.pt f @

#lugaresdecultura

